

O CÉU DE *SUELY*: UMA ANÁLISE SOBRE AS ESTÉTICAS DE ESTADO NA VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA PROSTITUTAS

LOVE FOR SALE, SUELY IN THE SKY: ANALYSING THE AESTHETICS OF POLICE VIOLENCE AGAINST PROSTITUTES

Breno Marques de Mello

Bacharel em direito e Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Samara Monteiro dos Santos

Bacharela em direito e Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Recebimento: 18/04/2018

Aprovação: 17/09/2018

Como citar este artigo:

O céu de Suely: uma análise sobre as estéticas de estado na violência policial contra prostitutas. MELLO, Breno Marques e SANTOS, Samara Monteiro dos. In: **Revice** – Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v.3, n.2, p. 117-134, jun./dez.2018. ISSN 2525-8036.

RESUMO: O presente trabalho tematiza as discursividades de Estado, tramadas em gênero e sexualidade sobre a prostituição. A performatividade em gênero e sexualidade orientaram os esforços analíticos sobre os casos narrados. Os estupros, espancamentos e perseguições contra as prostitutas possuem uma dinâmica estética *sui generis* que se destaca na utilização dos signos de poder (armas, algemas, coturnos, cassetetes etc.) como instrumentos necessários à prática sexual violenta. É comum ouvir das trabalhadoras sexuais que os policiais as violentavam no exercício das suas funções, utilizando os seus equipamentos de trabalho. As mulheres prostitutas passaram a narrar casos em que a violência policial enunciava discursos de Estado. Os casos de violência sexual empreendida por policiais passaram a acompanhar a rotina da pesquisa. A performance erótica, o erotismo e o fetiche sexual foram os fios condutores na análise da violência policial contra as prostitutas. Estes escritos, portanto, têm por objeto as discursividades de Estado na violência policial contra prostitutas.

PALAVRAS-CHAVE: Discursividades de Estado; Gênero e Sexualidade; Prostituição; Violência Policial.

ABSTRACT: The present article thematizes the State discourse, related to gender and sexuality on the prostitution. The performativity in gender and sexuality guided the analytical efforts on the narrated cases. The rapes, beatings and prosecutions against prostitutes have a sui generis aesthetic dynamic that stands out in the use of the signs of power (weapons, handcuffs, bunnies, batons, etc.) as instruments necessary for violent sexual practice. It is common to hear from the sex workers that the police violated them in the exercise of their functions, using their work equipment. Prostitutes began to narrate cases in which the police violence pronounces state speeches. The cases of sexual violence undertaken by police began to follow the routine of the research. Erotic performance, eroticism and the sexual fetish were the guiding threads in the analysis of police violence against prostitutes. These writings, therefore, have as purpose the State discourse in the police violence against prostitutas.

KEYWORDS: State discourse; Gender and sexuality; Prostitution; Police Violence.

INTRODUÇÃO

O texto tematiza a estética de violência policial contra as prostitutas na cidade de João Pessoa. As discussões partem das tramas, forjadas em gênero e sexualidade, que aliam a configuração erótica dos elementos estéticos das fardas policiais à hierarquia e jogos de poder subjazidos nos episódios de violência. No decorrer das discussões trago o caso de Suely, uma prostituta atuante na cidade de João Pessoa, vítima de um “policial-cliente”. Os presentes escritos estão sendo construídos através do trabalho de pesquisa - em nível de mestrado - junto ao Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) da Universidade Federal da Paraíba.

A sexualidade, nestes escritos, será compreendida e recortada a partir de codificações estéticas produzidas no interior das práticas eróticas (FOUCAULT, 2014, p. 9) e extraídas de narrativas sobre violências de Estado. As cenas, os símbolos e as violações - produzidas no interior da violência policial - serão organizados a partir da análise de como as formas constitutivas de gestão e normatização sexual são definidas pelo Estado.

O texto é dividido em dois pequenos tomos. No primeiro, trago as histórias de vida e de sobrevivência de Suely, bem como a análise de parte dos autos de um processo judicial que consegui acessar através das narrativas da entrevistada. No segundo, apresento as proposituras teóricas que as categorias analíticas as quais irei me debruçar.

O corpus desta pesquisa consiste nas narrativas sobre violência, gênero e sexualidade acessadas através do acompanhamento etnográfico de atividades promovidas pela Associação das Prostitutas da Paraíba (APROS-PB), de entrevistas em profundidade realizadas junto a profissionais do sexo integrantes dessa organização e das pessoas que encontrei através de caminhos independentes que resolvi trilhar. Pretendi, de início, com a participação nas atividades realizadas pela APROS, captar falas e posicionamentos públicos acerca da tematização central desta pesquisa. As entrevistas, por sua vez, destinaram-se a conhecer os relatos das profissionais do sexo sobre suas trajetórias de vida e suas experiências com o trabalho e a violência – vivenciada por elas ou por outras prostitutas. Tais entrevistadas foram empreendidas a partir de um roteiro semi-estruturado de perguntas.

O acompanhamento etnográfico das atividades priorizou as situações de violência policial que surgiam das narrativas das mulheres prostitutas que conversava. O mapeamento consistia em ir até os pontos de prostituição com uma ficha que continha dados que deveriam ser respondidos pelas profissionais do sexo. A lista de perguntas tinha como conteúdo: dados gerais sobre a identificação pessoal, idade, orientação/condição sexual, identidade de gênero e situação de violência. A execução das atividades permitiu que 146 prostitutas fossem entrevistadas e que o mapeamento fosse concretizado.

As idas à APROS-PB, ocorridas três vezes por semana, se estenderam durante toda pesquisa, permanecendo até a submissão do presente artigo. Os registros de campo forneceram os critérios de inclusão das pessoas que seriam entrevistadas. Em regra, prostitutas, ex-prostitutas, profissionais ligados ao trabalho com a prostituição, pessoas que conheciam o cotidiano dos embates entre a prostituição e o mercado varejista de drogas ilícitas e clientes foram entrevistados(as). Em todas as entrevistas me certifiquei de que as pessoas eram maiores de dezoito anos. Os critérios de exclusão escolhidos envolviam questões relacionadas à maioridade penal e civil, casos que havia atuado como advogado e situações que poderiam colocar a mim e a APROS em risco⁴⁰.

O HISTÓRICO DA APROS-PB

A Associação das Prostitutas da Paraíba (APROS-PB) é uma Organização Não Governamental (ONG) fundada em 2001. A instituição se localiza no centro da cidade de João

⁴⁰ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (CEP-UFPB). O parecer técnico garantiu a possibilidade de realização de entrevistas em profundidade com as mulheres *prostitutas* e o registro etnográfico das ações que acompanhei. O protocolo do parecer é público e pode ser encontrado sob o seguinte número: 91729618.8.0000.8069.

Pessoa e desenvolve ações⁴¹ com as profissionais do sexo na região metropolitana. A APROS-PB se insere num contexto nacional de lutas sociais na disputa política que envolve a regulamentação da prostituição, o combate à violência contra as trabalhadoras sexuais e a consolidação das estratégias de prevenção, diagnóstico e cuidado às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Os horizontes políticos da ONG são delineados numa pequena sala no primeiro andar de uma galeria de lojas. A coordenação administrativa da APROS-PB é partilhada por quatro mulheres⁴²: Marlene, Lily⁴³, Beatriz e Gabriela. As demandas começam a ser cumpridas às treze horas e se estendem até às dezoito horas. Entre uma trégua e outra nas horas de trabalho, Beatriz e Gabriela aproveitam para combinar os horários com os clientes - ou coroas - que sempre aparecem na entidade para levá-las até o local do programa. A negociação é sempre muito rápida e o horário da prestação dos serviços, nesses casos, costuma ser próximo à hora do almoço para não causar embaraços às tarefas de cada uma no decorrer do dia.

CENAS DE GUERRA⁴⁴

A “guerra” e a “batalha” são termos que emergem do campo de pesquisa e apresentam qual o jogo de relações que distribuem os papéis sociais no contexto da prostituição. A repetição exaustiva desses termos pelas mulheres prostitutas apresenta um intenso quadro de como as trabalhadoras sexuais lidam com o cotidiano e com o exercício da prostituição. Não demora muito para se entender que, a princípio, “batalha” se refere ao cotidiano laboral das profissionais do sexo.

A categoria em questão suscita que existe uma peleja - ou uma *luta*, como elas preferem - elementar e constitutiva à construção das narrativas. A pluralidade de significados que emergem desse conceito demonstra que é acionado a partir dos sujeitos que protagonizam esse fenômeno. O trabalho e a batalha são sinônimos, mas não são empregados de forma indistinta. As prostitutas - diferentemente de outras mulheres trabalhadoras - batalham porque carregam consigo as marcas das lutas, das dores, dos sofrimentos do fazer-se prostituta. Mas também, ostentam os deleites, amores, gozos e alegrias das histórias vivenciadas no exercício da profissão (OLIVAR, 2011, p. 93). Batalha é a própria guerra⁴⁵ e guerra era o cotidiano.

⁴¹ As palavras destacadas em aspas podem representar categorias êmicas que decorrem do campo de pesquisa, nomes próprios ficcionais, categorias políticas e discursivas em disputa. Além delas, as expressões representam também as citações bibliográficas, os trechos dos diários de campo e as falas das mulheres entrevistadas.

⁴² Houve a alteração dos nomes reais dos sujeitos encontrados no trabalho de pesquisa.

⁴³ Lily e Marlene não exercem a prostituição há alguns anos.

⁴⁴ Adoto o conceito de cenas a partir das tematizações de Maria Filomena Gregori (2003) como forma metodológica de apresentar os episódios em que as personagens aparecem.

⁴⁵ Para se somar às trincheiras, faz-se necessário um “nome de guerra” que dissimule, no plano das experiências, o nome de registro, de “batismo” ou oficial.

No momento em que cheguei a um determinado nível de profundidade⁴⁶ com as trabalhadoras sexuais, conquistei a confiança de ser levado aos principais pontos de prostituição da cidade. Numa das reuniões institucionais, eu me prontifiquei para acompanhar o grupo de teatro⁴⁷ da APROS-PB em uma de suas apresentações. O espetáculo fora planejado para compor uma das atividades sobre o “Dia Internacional de Combate a Violência contra as Prostitutas”. Na ocasião, haveria a presença de algumas autoridades do governo municipal/estadual e militantes de alguns movimentos sociais. Gabriela sugeriu um dos cabarés da cidade para sediar o evento. A “casa”⁴⁸ ficava localizada na “Rua das Donzelas” e por lá quase todas as prostitutas da cidade já haviam transitado. A sua escolha tinha fundamento no esforço da ONG em aproximar as profissionais do sexo das lutas encampadas pelo movimento nacional de prostitutas.

Nas tardes que antecederam o dia do encontro fui conhecer o local da apresentação e o principal ponto de prostituição da cidade de João Pessoa: a “Rua das Donzelas”. A rua, situada no centro histórico, é larga, levemente inclinada, e possui uma extensão de pouco mais de duzentos metros. As casas abandonadas, o comércio, o mercado de drogas ilícitas e os bares convivem aparentemente bem nos limites impostos por cada um. Ao descer a rua, por uma de suas esquinas, a “sofrência”⁴⁹ já se faz presente e é fortemente disputada pelos volumes das vitrolas eletrônicas penduradas nos bares que se estendem pelo lugar. A música alta - e normamente sensual - demonstra que os sentimentos e as sexualidades são ostentadas sem grandes constrangimentos. O lugar é potencialmente diferente daquele que havia imaginado. Não havia prostitutas seminuas, muito menos cafetões “mal encarados” que forçavam as prostitutas a estar ali.

Durante a noite, a “Rua das Donzelas” ganha uma iluminação especial - composta por luzes vermelhas, verdes e azuis - para diferenciar os lugares onde acontecem as negociações sexuais, dos que são utilizados como residências e até como igrejas. Os programas são realizados dentro de

⁴⁶ Considero “nível de profundidade” como o espaço-tempo em que a figura do pesquisador consegue transitar livremente pelo cotidiano do campo de pesquisa sem embaraços ou desconfiças políticas sobre sua presença.

⁴⁷ O grupo de teatro PROSAÇÃO é formado por quatro prostitutas. As atrizes se apresentam periodicamente nos bares, praças e eventos promovidos pela APROS-PB. A apresentação dura em torno de quinze minutos e articula os elementos populares da dança e música nordestinas. O texto da peça foi elaborado em forma de cordel e tem como conteúdo a divulgação das estratégias de prevenção às IST/HIV/AIDS e Hepatites Virais.

⁴⁸ “Casa” é uma das abreviaturas, utilizadas pelas interlocutoras deste trabalho, como casa de prostituição. Também utilizo as expressões “bares”, “pontos”, “cabarés”, “pistão”, “pista” e “calçadão” com a mesma finalidade denominativa.

⁴⁹ O termo sofrência é um neologismo produzido pelas músicas de ritmo brega e sertanejo. A expressão é fruto da aglutinação das palavras “sofrimento” e “carência”. A música brega precisa estar registrada neste trabalho porque faz parte do referencial cultural das “putas”. Os ritmos retratam os amores, as traições, os casos de violência e um universo de sentimentalidades vivenciadas nas comunidades periféricas. Os expoentes mais antigos foram imortalizados nas vozes de Reginaldo Rossi, Amado Batista e Odair José. Os mais contemporâneos - como Pablo, Marília Mendonça e Zezo dos Teclados - constroem as suas carreiras escrevendo poesia, arte e cultura para as prostitutas.

pequenos quartos na parte superior dos bares e não é comum que as prostitutas saiam, no horário noturno, para algum motel com os clientes. As entrevistas sobre as vidas de cada uma foram ficando mais profundas e penetrantes. No desenlace dessas histórias, conheci Suely no meio dessa intensa - e incrivelmente colorida - cena de guerra.

Era noite quando cheguei ao “Bar da Márcia”. Lá pelas bandas da “Rua das Donzelas” cada casa possui uma artimanha diferente para atrair os clientes. Algumas diminuem o preço da cerveja, outras colocam música ao vivo e até contratar alguns(as) “stripers”⁵⁰ faz parte do repertório. Márcia, entretanto, não utiliza nenhuma estratégia comercial, prefere utilizar as práticas esotéricas e supersticiosas na busca pelo sucesso financeiro do seu empreendimento. O bar é místico desde a entrada. A casa possui um portão de ferro antigo apregoado num muro de pouca altura. A decoração externa foi desenhada por um dos grafiteiros que costuma enfeitar a rua. Na maioria das vezes que entrei no bar, a noite tinha acabado de despontar no relógio. O corredor que dá acesso ao salão principal sempre estava repleto de grãos de arroz. Das poucas vezes que entrei naquele local julguei aquilo como um desleixe de Márcia ao permitir que o único vão de entrada do seu estabelecimento permanecesse sujo. Os olhares repressores dela para mim denunciavam que algo estava errado. Na verdade, os grãos de arroz fazem parte de uma simpatia para atrair homens. Logo, o primeiro homem a entrar no bar deveria ser um cliente e não pesquisador. Se os critérios não fossem preenchidos, o feitiço seria quebrado no momento de entrada desse sujeito não-cliente.

Porém, foi no azar de Márcia que tive a sorte de conhecer uma das mulheres mais apaixonantes desse trabalho. Suely estava no final do corredor quando a avistei. Ela bebia uma dose de uísque intercalando com alguns tragos de cigarro que preferiu apagar na hora que cheguei. Nossa conversa tinha como objetivo apresentar a ONG e mapear as possíveis violências que ela havia sofrido até aquele dia. Suely aceitou ser recebida por mim e achamos por bem nos afastar das outras pessoas para conversarmos com mais privacidade.

Na parte de trás do cabaré, ela nos contou que estava voltando de um recesso de mais de quinze dias sem realizar nenhum programa. Ela resolveu voltar para casa, em outro estado, depois que um policial contratou os seus serviços sexuais e queria que ela realizasse alguns de seus fetiches com a uma arma. “Fiquei desesperada e muito assustada”. Saí do bar impressionado com as histórias que ela havia me contado. Resolvi voltar, dias depois, para realizar a segunda entrevista, agora gravada e consentida para esta pesquisa, sobre a sua vida.

⁵⁰ “Stripers” são mulheres ou homens - que podem ou não exercer a prostituição - pagos(as) para assumirem performances sensuais. Normalmente, os shows acontecem com o(a) striper se despindo em volta de uma barra de ferro onde várias posições sexuais são insinuadas.

“Do bar”

A entrevista com Suely tinha como objetivo descobrir como acontecera o episódio de violência policial. Entretanto, as narrativas sobre trabalho, crime, violência e Estado que atravessam a pesquisa estavam presentes desde o momento da minha chegada até as últimas palavras dela. Faz-se necessário, portanto, dialogar com esses fenômenos na construção da análise sobre a violência policial sofrida por Suely. De início, percebi que Suely tinha em mim a imagem de alguém em quem podia confiar. Conversamos um pouco, trocamos algumas confidências e nos envolvemos nas histórias de cada um(a).

Havia poucos meses que Suely chegara a João Pessoa. O objetivo da mudança tinha na busca pelo trabalho um de seus pretextos. As atividades informais que ela desempenhava na cidade⁵¹ de Flores não davam conta de suprir as suas necessidades.

Em Flores, assim que eu me separei [...] eu fazia unha em casa, aí uma menina que fazia unha foi e convidou. Aí eu fui, em Flores, numa casa de massagem. Aí de lá, eu conheci outra pessoa, outra amiga, que já veio pra João Pessoa.

A dura jornada de trabalho, os baixos salários e a recente separação do ex-marido tornaram a prostituição uma possibilidade viável de experimentar outras formas de trabalho. Todavia, essa nova atividade laboral não é totalmente estranha ao cotidiano de Suely. A prostituição possuía certa familiaridade e encontrava no fazer das unhas um espaço interessante para tecer alguns comentários e fazer convites (OLIVAR, 2013, p. 78). A proximidade com o trabalho sexual, entretanto, não é efeito imediato das experiências de miséria e pobreza vivenciadas por Suely e suas amigas. Os laços estreitos com a venda do sexo se explicam muito mais pela habitualidade das comunidades periféricas em organizar formas alternativas - legais ou ilegais - de ganhar dinheiro e muito menos por questões socioeconômicas diretas.

Suely: Aí eu vim pra João Pessoa, aqui no bairro das dunas. Trabalhei lá por um bom tempo. Me envolvi com uma pessoa errada, que fazia muitas coisas assim lá, entendesse? [...] Aí, às vezes, eu fico com medo de pagar por uma coisa que eu nem fiz, nem sabia de nada. Mas como você convive...

Entrevistador: E esse cara errado, fazia o quê?

Suely: Assim, traficante.

A intersecção entre o legal e o ilegal conduz à transformação da análise dos(as) trabalhadores sobre si mesmos(as). A criminalização surge violentamente nessa fronteira e se aperfeiçoa nas

⁵¹ Os lugares pelos quais Suely passou também serão modificados. Para preservar a sua identidade irei trocar as posições geográficas, os nomes dos bairros e as distâncias entre eles. Todas as alterações não afetam a compreensão sobre os fatos aqui narrados.

narrativas sobre a existência de uma “vida errada”. As diferenciações entre quem exerce o trabalho e quem comete crimes são fluidas e “facilmente transmutáveis a depender das disposições classificatórias em ação e das relações de poder entre os sujeitos que as exercem” (EFREM FILHO, 2014, p. 506). Porém, o que preocupa Suely ultrapassa o “erro” e desemboca na probabilidade de enfrentar uma possível “vida errante”, uma espécie de apropriação predatória produzida pela - e na - vida errada. Nesse estágio o sujeito errante está condenado à inércia e poderá ser absorvido pela força “do bar”.

Suely: Eu trabalhei de carteira assinada. É porque quando você vai evoluindo, você vai perdendo o ritmo, você vai ficando meio que “do bar”, você vai ficando. Tipo, você vai se acostumando a viver essa vida. [...] Entendeu? Quando você se der conta... Um dia desse, eu tava pensando. Quando eu me der conta... Eu fico olhando assim hoje, eu penso “Poxa, será que eu vou envelhecer dentro de um bar? Será que é isso mesmo que eu quero pra mim?”, e não, não é isso que eu quero pra mim. Eu quero mais. Eu vou ter uma coisa melhor. Né verdade?

O receio de Suely em ver a sua história encerrada pelo devir do erro também cambaleia entre as suas narrativas. O medo de terminar os seus dias trabalhando em um cabaré contrasta com o conforto que o Bar da Márcia oferece. “Eu adoro esse bar, me sinto bem, muito mesmo”. A resposta surge depois que pergunto se ela sente algum tipo de paz naquele espaço. Os riscos e as consequências parecem estar lastreados na ausência de previsões jurídicas sobre os direitos trabalhistas das prostitutas. O trabalho sexual é ao mesmo tempo rentável e precário. A renda mensal de Suely gira em torno de R\$ 2400,00 distribuídos em cinco dias de trabalho por semana (?). Por noite, ela realiza uma média de quatro programas que duram cerca de cinquenta minutos. Parte desse valor é destinado à criação dos seus três filhos e ao sustento de sua mãe. Se Suely “envelhecer dentro de um bar” é possível que ela não receba o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o auxílio desemprego, a aposentadoria etc. A ausência desses benefícios sociais assusta qualquer trabalhador(a), inclusive Suely.

Em todo caso, não pretendo afirmar que o Estado teria o condão de solucionar os conflitos enfrentados pelas profissionais do sexo. De regra, são essas contradições entre a “indiferença” e o dever jurídico de atuar que fundamentam a sua existência. Muito embora o comércio do sexo não encontre, na legislação brasileira, nenhuma proibição direta, sendo possível qualquer sujeito exercer a prostituição sem que isso seja caracterizado como um crime, o trabalho da prostituição é tratado como legal em sua forma e ilegal em sua essência. A zona de fronteira, construída pelo Estado, entre a “forma” e a “essência” tem, em termos de gênero e sexualidade, sua chave explicativa. Se os limites da sexualidade são determinados pelos ditames da violência, o corpo de Suely torna-se o território de desejo e legitimação de uma linguagem sexual de Estado (EFREM FILHO, mimeo). O esforço analítico, portanto, é evidenciar que existe uma ilegalidade sustentada e gerida

clandestinamente pelo Estado através da consolidação de um perigo sexual oportunizado pela prostituição. A tarefa de significação permite pensar o corpo como um terreno - ou um campo de validação - das formas sexuais e inscrições estético-institucionais (GREGORI, 2003, p. 115). Logo, a violência possui linguagem e encontra na sexualidade e no erotismo os elementos necessários para traduzir as ações estatais.

“E se disparasse?”

A noite daquela sexta-feira parecia ser mais uma das tantas jornadas noturnas enfrentadas por Suely. Ela havia ido dormir tarde no dia anterior e se levantou por volta das 14h. Desceu até o refeitório do bar, almoçou e voltou para o seu quarto para iniciar os preparativos da lida de um novo dia. Ainda no quarto, arrumou os cabelos, fez uma maquiagem chamativa e desceu para o salão do bar. O arroz estava espalhado pelo chão. A música alta voltava a denunciar a sofrência. Era mais um dia de batalha. E Suely estava pronta para a guerra. No transcurso daquela madrugada, Suely recebeu à mesa um dos seus possíveis clientes. Os dois iniciaram uma conversa preliminar para diminuir a tensão e a timidez. Depois de vencidas algumas doses de uísque, o Tenente Oscar⁵² não conseguiu esconder a sua agitação e indagou: “Você sabe onde é que vende pó? Você sabe dizer?”. Suely percebeu que “ele tava drogado” e respondeu que não sabia. Para ela não existia nenhum perigo em fazer um programa com alguém que tivesse feito a utilização de algum tipo de droga ilícita. Afinal, é muito comum que os clientes já cheguem aos bares sob o efeito do álcool. O enredo de perguntas e respostas havia terminado e já estava na hora de os dois criarem outro tipo de intimidade. Foi “aí [...] que fui pro quarto com um policial”.

“[...] ele pegava a arma, assim, em todas as posições (sexuais), de todos os jeitos. Ele queria fazer assim, segurando nos meus cabelos, botando a arma no meu cangote. Entendesse? Eu fiquei com uma “ronxa” na perna, aí eu chamei a dona do bar e disse “Devolva o dinheiro dele”, e ela “Não, Suely, por quê? Você não tava no quarto? Ele não saiu com você?”, eu disse “Saiu, mas eu queria devolver o dinheiro dele porque eu queria que ele saísse dali”, porque fiquei com... Nunca tinha acontecido assim, tão próximo, né? Eu já tinha escutado comentário, mas até então eu não sabia que era muito ruim você passar por aquilo, né?”.

Entrevistador: E era o quê? Era fetiche dele, é?

Suely: Era como se fosse, entendesse? Só que tinha... As “bala” tava dentro da pistola. E se disparasse?”

O episódio que introduz essa cena apresenta um conjunto de jogos de prazer, poder, perigo e erotismo que emergem de um universo relacional que desloca o exercício sexual para os limites da violência. O interior constitutivo desse “universo relacional” expõe a existência de uma série de discursividades sexuais e estéticas que se interpõem na organização dos elementos simbólicos da

⁵² O nome do policial não foi declarado por Suely, muito menos a qual instituição policial ele é vinculado.

violência. Quando o Tenente Oscar coloca a arma no pescoço de Suely em pleno ato sexual, ele torna claro o referencial erótico que está circunscrito naquele artefato. A partir daqui devo me afastar da cena e traçar um caminho teórico que tenta fundamentar as disposições de cada personagem no contexto das performances assumidas por cada uma no desfecho dessa história.

Os estudos sobre a prostituição enfrentados nesta pesquisa são entrecortados pelas discussões referentes às inúmeras formas de “repressão sexual”. Nas análises das(os) militantes que acompanho, existe uma proibição que embaraça o exercício dos direitos sexuais. As mulheres, que encontrei em plenárias de movimentos feministas, prostitutas ou não, e os(as) militantes LGBT se esforçam em provar que as suas sexualidades são objeto de interdição por parte de convenções morais, instituições sociais e do Estado. O sexo, portanto, no discurso desses sujeitos, é objeto de repressão e as expressões de liberalidade sexual nunca foram conhecidas ou praticadas em sua plenitude. A natureza desse fenômeno têm - segundo os militantes - nas assimetrias de gênero, sexualidade e poder a sua âncora conceitual. Na prática, homens brancos, reprodutivos, casados, oriundos da classe média e heterossexuais poderiam experimentar a posição mais privilegiada dentro de um processo de “hierarquização sexual” (RUBIN, 1998, p.17).

Entretanto, os dois segmentos - mulheres e LGBT de um lado e homens brancos de outro - teriam a regulação do sexo como ponto de interseção. Mesmo em contextos de amplas regalias, as atividades sexuais seriam impronunciáveis e deveriam estar relegadas ao âmbito particular ou doméstico das experiências. A partir dessas compreensões discursivas, as relações de poder emanariam uma força que destruiria a iniciativa e a pluralidade sexual dos sujeitos.

Em termos foucaultianos (FOUCAULT, 2014, p. 20), as posições políticas apresentadas pelos(as) militantes que acompanho apresentam um equívoco analítico fundamental. Para o autor, “A História da Sexualidade” não estava imbricada ou era anexa unicamente à repressão. O embate ideológico assumido era o de que a sexualidade é protagonista de uma infinidade de fenômenos sociais e eventos históricos que ultrapassariam os limites de existência de uma “hipótese repressiva”. As pretensões de Foucault sugeriam que, desde o século XVI, as instituições - igreja, escola, internato etc - interessavam-se em produzir conhecimento e normatizações sobre a sexualidade. Para ilustrar, a mesma doutrina religiosa que fixava como pecado a atividade sexual não reprodutiva se interessava em descobrir como a vida sexual das pessoas que ofereciam as suas confissões eram desempenhadas. Ou, quando as escolas construía obstáculos e editavam regras que proibiam as expressões de afeto sexual e relacional elas estariam também estimulando o imaginário daqueles estudantes sobre a descoberta do sexo. Haveria, nesse sentido, uma necessidade de “colocação do

sexo em discurso”. Logo, as disposições proibitivas produzem também incitações diversas. Em linhas gerais, as relações de poder seriam construtivas. Elas articulariam os elementos normativos de controle e regulamentação ao passo que organizariam novas expressões sexuais. Elas incitam a sexualidade e não a reprimem tão somente.

As discordâncias que guardo sobre as duas posturas ideológicas - sustentadas por militantes e Foucault - são originadas a partir das narrativas de Suely e de muitas mulheres prostitutas com as quais conversei. De um lado, não acredito que exista uma repressão sexual que ocupe o espaço-tempo de todas as mulheres e sufoque o seu exercício sexual por completo. A consolidação de uma grandeza suprema e totalizante que subjuga a sexualidade de todas as mulheres sonega a constituição das diferenças entre elas.

Suely me contara um sem número de aventuras sexuais que estavam em consonância com as histórias de quase todas as mulheres que tenho conversado durante a realização deste trabalho de pesquisa. Essa reprodução contextual das narrativas me permite identificar alguns elementos. A interdição, nos termos foucaultianos, incitaria a prática sexual no interior da discursividade proibitiva. Contraponho-me a essa análise ao compreender que o poder proibitivo, na verdade, fornece contornos de disputabilidade (GREGORI, 2003, p. 92). A contraposição se dá na análise da resistência. A autora considera que:

A crítica feita a Foucault reforça esse ponto de vista: ele teria uma análise circular que resulta numa posição política neutralizadora. Teresa de Lauretis está se referindo às idéias do autor na História da Sexualidade e, em particular, ao seu argumento sobre o poder do Estado em configurar a nossa vida amorosa. Ao partir da noção de que a sexualidade é produzida discursivamente (institucionalmente) pelo poder e o poder é produzido institucionalmente (discursivamente) pelas tecnologias envolvidas na sexualidade, Foucault não abre espaço para a atuação e para a formulação concreta de um contra-discurso ou de uma contra-posição. (GREGORI, 2003, p. 92).

Ao tratar a incitação como elemento inerente da proibição, Foucault (2014, p. 17) relega ao “sujeito proibido” uma margem de passividade, como se ele fosse o destinatário final dos efeitos inversos da norma. Quando, de regra, a incitação surge como produto das disputas e não em virtude de um mero acidente legislativo. Todavia, entendo que Foucault (2014, p. 21) não quis apresentar uma teoria que negasse a existência da repressão sexual. Muito embora esse tipo de interpretação saltar aos olhos, o que deve permanecer são as análises do desenvolvimento do interesse das instituições sociais e do Estado sobre a gestão sexual. Esse gerenciamento produz não só a “colocação do sexo em discurso”, mas oferece uma série de códigos e significados anexos ao discurso.

Voltemos à cena. Quando o Tenente Oscar faz uso da arma, ele decifra o código sexual, subjazido naquele instrumento, e o recoloca numa relação erótica. Esse tipo de comportamento

demanda a performatização da violência como instrumento do prazer e apresenta o policial como a materialização de uma personagem que aciona a hierarquia sexual como valor simbólico. A “violação de conteúdos instituídos socialmente” - a arma - garante a possibilidade de “êxtase erótico” (GREGORI, 2003, p. 95). Entretanto, essa “violação” não é sinônimo de desconstituição. Sobretudo porque ao apontar a arma para o “cangote” de Suely, Oscar reafirma a presença do Estado como entidade que opera a exibição performática da soberania na estética da violência. O jogo teatral do fetiche introduz um conjunto emblemático de posições sexuais assimétricas e fornece os elementos que tangenciam as disputas entre policiais e prostitutas. A rua é a arena política desse embate e o território onde os seus domínios são contestados. A fantasia sexual que emerge da cena acontece no limite desse embate e é entrecortado pela representação caricatural da soberania. Nessa circunscrição os corpos são os primeiros destinatários da atividade performativa da violência. A arma recebe significação e linguagem, mas também significa e reconfigura o corpo que a carrega. Maria Filomena Gregori (2008, p. 588) traz, acertadamente, o caminho percorrido pelo fetiche na articulação entre fantasia e realidade:

Além disso, ao lidar com a sexualidade nas suas expressões eróticas, estamos diante de experiências que mobilizam fantasias e fantasmas: situações, referências, imagens, fragmentos de memória e sensações que, mesmo sendo gestados em torno e no campo das normatividades, apontam para além delas. As fantasias não são o oposto da realidade. Elas nos interessam porque, segundo Butler, em vista delas estamos diante dos limites da realidade ou daquilo que implica o seu “exterior constitutivo” [...] (BUTLER, 2004a, p. 29). Assim, fantasias são relevantes para a reflexão antropológica e não só para as ciências do espírito ou da mente porque elas expõem a contingência das normas de sexualidade e gênero. Esse esforço é relevante para pensar, de um lado, sobre a realidade ou, em outros termos, para indagar sobre as normas que são definidas socialmente como constitutivas do real [...]. (GREGORI, 2008, p. 588).

O desejo pela violência qualifica “o policial” como locutor e mantém a narrativa sexual sob o seu controle. “A questão da ficção, antes de tudo, é antes de tudo uma questão de distribuição de lugares” (RANCIÈRE, 2007, p.7). As relações de poder - que permitem *Oscar* dirigir a cena - e o perigo - da iminência do disparo - garantem que o fetiche seja potencialmente sensual. Na busca pelo prazer, a disputa entre policiais e prostitutas - da qual falei anteriormente - intensifica a inexistência de limites e diferenças políticas entre o público e o privado. As discursividades sexuais, portanto, ramificam-se e transcendem as dualidades que conformam o imaginário desses campos. Em outras palavras, Oscar sexualiza a esfera pública e a recoloca no âmbito privado e vice-versa. Na conversa com Suely, essas indistinções foram clareando as análises sobre as suas lembranças. O alívio por ter sobrevivido tinha raízes em outro episódio que envolveu duas de suas amigas prostitutas. Dessa vez ela havia escapado, uma das amigas não.

“Disparou”

Eu não curto (brincar com arma)... Acho que não adianta, porque eu já presenciei caso lá em Recife, nessa primeira casa que eu trabalhei, de duas amigas minha ir pro quarto com dois homens, pronto, brincando de roleta russa⁵³, uma disparou na outra. Aí por isso que eu tenho medo.

Era domingo. Rafaela, Priscila e Luana⁵⁴ resolveram sair para aproveitar os últimos momentos do final de semana. Por volta das 12h, elas se encontraram na casa de Luana para irem juntas até o Clube Cubano. Souberam da realização de uma festa e decidiram que lá seria o lugar escolhido. No caminho, entre o bairro das docas e o Clube Cubano, Luana recebeu o telefonema de José. Na ligação, ele havia comentado que estava trabalhando no plantão do quartel e estaria realizando uma festa particular no quarto que hospedava os soldados. As três preferiram mudar os planos e aceitaram o convite de José. Ao chegar às dependências da Força Aérea Brasileira, foram recepcionadas por mais dois soldados que também participariam do encontro. A entrada de mulheres na seção masculina do quartel é proibida pelo regimento interno da Aeronáutica, mas com a ajuda dos participantes da festa foi possível levá-las até o quarto de José. Quando chegaram ao dormitório que abrigava os militares, começaram a dançar, a beber e a tirar algumas fotos com as armas dos agentes que estavam no alojamento.

[...] Que (Luana) quando chegou no quartel o acusado e os outros dois soldados estavam fardados, no entanto não pode dizer se eles estavam de serviço; que a festa era dentro do quartel em um quarto e os três soldados [...] estavam bebendo cerveja; que o acusado e Pedro foram buscar elas na rua do quartel em um carro; que elas entraram no quartel escondidas, dentro do carro, no banco de trás; que lá chegando já tinha cerveja, pois eles já tinham comprado; que entraram no quartel e foram direto para o quarto onde ali ficaram brincando e conversando; que depois de muito tempo o acusado recebe uma ligação e diz que tem que sair porque tem que assinar um papel; (Trecho retirado do depoimento de Mariana na audiência de instrução e julgamento. Autos nº 0063334-11.2010.8.17.0001 TJ/PE)

Segundo o depoimento de Mariana, num determinado período da noite, José precisou se ausentar do quarto para assinar o registro de frequência do seu plantão. Na saída, ele arrumou o

⁵³ A roleta russa é um jogo em que os participantes recebem um revólver carregado com apenas uma bala no seu tambor. A carga máxima desse tipo de armamento é de seis balas, logo, se somente um projétil estiver no compartimento, o participante tem 1/6 de chance de sobreviver. No decorrer do jogo, o tambor vai sendo rotacionado e a arma é apontada para a cabeça do(a) jogador(a). Se a bala estiver na agulha, pronta para o disparo, o(a) participante não sobrevive em virtude da proximidade entre a arma e o seu corpo. O jogo termina quando o último oponente vem a óbito. A morte é acionada como para alcançar altos níveis de adrenalina e tensão. Entretanto, boa parte dos participantes dos jogos não os pratica em cenas relacionais de sexo porque os riscos de morte instantânea são extremamente altos. Entretanto, a sua amiga morreu com um tiro de pistola, o que afasta a possibilidade de, naquela cena, ter havido uma brincadeira desse tipo.

⁵⁴ Nos autos a que tive acesso, não é possível saber se Rafaela, Priscila e Luana exerciam algum tipo de trabalho sexual. Desse modo, não posso afirmar categoricamente que as três teriam ido para a festa vislumbrando benefícios financeiros em troca de sexo. Entretanto, a possibilidade de exercer atividades sexuais em troca de dinheiro só pôde ser apreendida por meio das narrativas de Suely.

fardamento novamente e recolocou as munições no carregador da arma que havia retirado para que as três mulheres tirassem as fotos. As amigas de Suely continuaram dançando com os outros dois soldados que haviam permanecido no local. Depois de algumas horas, ele voltou para o alojamento e entregou a arma a Rafaela para a nova sessão de fotos. No entanto, José se esqueceu de tirar os projéteis da câmara da pistola. Durante a brincadeira, Rafaela destravou o compartimento que acionava o gatilho e disparou acidentalmente contra Luana, acertando a parte frontal da sua cabeça. Luana não conseguiu sobreviver ao ferimento e morreu no local da festa.

No momento em que Suely se lembrou da cena que acabo de narrar, nós já havíamos terminado a entrevista. Confesso que durante a conversa não prestei muita atenção sobre o “caso” das suas amigas que haviam morrido depois de uma brincadeira com armas. Contudo, comecei a perceber que já havia escutado sobre aquela história há alguns anos. Na calçada do Bar da Márcia, Suely me contou com mais detalhes sobre o ocorrido e me ajudou a relembrar sobre o que tinha acontecido naquela madrugada de domingo. Ao retornar para casa, resolvi procurar as notícias e os autos do processo que foram produzidos à época dos fatos. Consegui ter acesso aos depoimentos das testemunhas, dos informantes e dos acusados(as). Além desses documentos, pude analisar, também, a denúncia oferecida pelo Ministério Público e a sentença condenatória proferida aos autos. Algumas narrativas orientaram as minhas considerações sobre as peças processuais. A existência de uma arma como fio condutor da linguagem sexual entre os interlocutores da cena sistematizou as minhas percepções sobre as violações de “conteúdos instituídos socialmente” (GREGORI, 2003, p. 95).

Se os domínios militares são construídos pela assunção da hierarquia, a *arma* que protagoniza a cena apresenta um complexo jogo erótico em que as posições sociais são fortemente disputadas nos limites da sexualidade. A transgressão das normas organiza a erotização da hierarquia e mantêm as relações entre prazer e perigo como forças garantidoras do êxtase sexual e do desejo (FACCHINI, 2013, p. 224). À medida que o Estado proíbe a entrada de mulheres no quartel, ele introduz um universo relacional que tem no referencial erótico o repertório de suas escolhas. A norma proibitiva, portanto, confere os “contornos de disputabilidade” dos quais falei anteriormente.

Durante o evento, José da Silva emprestou a referida arma a terceira pessoa a fim de que brincasse de policial e com ela fosse fotografada, porém ao manusear o armamento, esta acionou o ferrolho da pistola, efetuando o disparo fatal. (Trecho da denúncia oferecida pelo Ministério Público. Autos nº 0063334-11.2010.8.17.0001 TJ/PE)

A brincadeira de Rafaela - autora do disparo - sugere que as representações de violência estão presentes em seus vínculos cotidianos. Todas as pessoas envolvidas na festa são moradores(as)

de comunidades periféricas e possuem certa proximidade com as ações policiais e a violência estatal em seus bairros. Conseqüentemente, a linguagem que se manifesta na arma torna a personagem inteligível entre os(a) seus(as) interlocutores(as) e ironiza a presença de um policial num espaço em que a disciplina proíbe a realização de festas e a presença de mulheres. As fragmentações no comportamento de cada um(a) - militares infringindo normas e mulheres assumindo papéis de policiais - evidencia o alargamento das análises sobre o desejo e o prazer. A “brincadeira” de portar uma arma indica como o fetiche sexual é oxigenado a partir da utilização desse artefato. A estética sexual subjazida nesse elemento demonstra que o Estado sustenta inúmeros discursos sexuais.

Essa fragmentação é intensamente política e organiza espaços, memórias, lugares que os sujeitos envolvidos na cena retomam. Os corpos, nesse jogo teatral, inserem imagens de violência que são oxigenados pelo uso da arma e de outros elementos militares que estão ali disponíveis. A afirmação, portanto, é de que os participantes do jogo teatral retomam as imagens de violência do Estado e constroem outras imagens que são partilhadas pelas personagens na cena. A produção da violência acontece no protagonismo que os jovens envolvidos exercem no manuseio dos elementos militares. Há uma gestão imagética do “monopólio da violência de Estado” e uma produção significativa e autoral de outras imagens de violência. A discussão de Jacques Rancière (2009, p 54) contribui para a discussão afirmando que:

Os enunciados políticos ou literários fazem efeito no real. Definem modelos de palavra ou de ação, mas também regimes de intensidade sensível. Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre os modos do ser, modos do fazer e modos do dizer. Definem variações das intensidades sensíveis, das percepções e capacidades dos corpos. Assim se apropriam dos humanos *quaisquer*, cavam distâncias, abrem derivações, modificam as maneiras, as velocidades e os trajetos segundo os quais aderem a uma condição, reagem a situações, reconhecem suas imagens. Reconfiguram o mapa do sensível confundindo a funcionalidade dos gestos e dos ritmos adaptados aos ciclos naturais da produção, reprodução e submissão.

O trânsito da arma, à vista disso, expõe que a atividade sexual não é apenas exercida pela “modelagem convencional do comportamento sexual” que fixa a sexualidade em torno da penetração, da conjugalidade e dos corpos nus em cenas relacionais (GREGORI, 2014, p. 116). Essa compreensão de que a sexualidade é exercida de forma convencional é refutada por Maria Filomena Gregori. Especialmente porque a limitação do exercício sexual aos genitais fornece uma leitura equivocada que dissimula os papéis sociais e as possibilidades de articulação cultural, artística, econômica, política e performática da sexualidade. O quartel era o palco em que essas sexualidades em disputa poderiam ressignificar os enunciados normativos e as codificações sexuais. A narrativa ficcional disputa os papéis de gênero que socialmente são carregados pelos sujeitos. O quartel também compunha o exercício sexual.

No entanto, ele, o depoente, diz que aquilo é uma zona, um cabaré; que depois da ocorrência do fato ele tomou conhecimento de que ali era constante haver orgia e que não era raro o comparecimento de mulheres em festas ali. (Trecho do depoimento do Pai de Luana ao receber informações - de seu sobrinho, soldado do mesmo quartel - sobre a realização de outras festas. Autos n. 0063334-11.2010.8.17.0001 TJ/PE)

O fetiche pela arma - utilizada por Oscar e na festa - “encarna” as “contradições sociais” que fundamentam a violência do Estado. Em sede de discurso, a violência estatal é a última razão de ser ou existir. Entretanto, o “objeto-fetiche” (arma) se mobiliza em função da reconstrução de um “controle simbólico” que se assemelha as formas violentas as quais o Estado impõe a sua força. As performances reforçam que os conflitos sociais estão presentes e são intensamente vividos nas circunscrições da encenação. O fetiche pelas armas, portanto, são construções históricas que retomam a memória e os fatos traumáticos experienciados pelos sujeitos (MACCLINTOCK, 2010, p. 276).

Longe de ser meramente substitutivos do falo, os fetiches podem ser vistos como deslocamentos para um objeto (ou pessoa) de contradições que o indivíduo não pode resolver no nível pessoal. Essas contradições podem ter-se originado como contradições sociais, mas são vividas com profunda intensidade na imaginação e na carne. O fetiche, assim, está no cruzamento da psicanálise e história social, situado no limiar entre memória pessoal e memória histórica. [...] A contradição é deslocada e encarnada no objeto-fetiche, que está, assim, destinado a recorrer com repetição compulsiva. Donde o poder aparente do fetiche de encantar o feticista. [...] Por essa razão, o fetiche pode ser chamado de objeto apaixonado. (MACCLINTOCK, 2010, p. 276)

Nesse sentido, o quartel e o cabaré são reproduzidos na contextura das narrativas e simbolizam cada um a seu modo, cenários em que a guerra e o conflito se referenciam reciprocamente. A aproximação entre os dois espaços não se dá apenas porque a zona é o local onde o sexo é negociado, mas na forma como a clandestinidade do discurso sexual penetra e se sustenta nas esferas do Estado (FOUCAULT, 2014, p. 52). A aproximação funcional entre armas, quartéis e cabarés embaralha as distâncias ou anteposições entre o público e o privado. Nos dois, a morte e a violência são manejadas sexualmente e constituem a amálgama entre as políticas sexuais de Estado e o exercício da prostituição. Se de um lado, Suely é o “corpo-testemunho⁵⁵” que ostenta as marcas de destruição e as “imagens de brutalidade” de uma cena relacional - entre policiais e prostitutas - de intensas e violentas negociações sexuais; (EFREM FILHO, mimeo) de outro, Luana é o “corpo-

⁵⁵ O conceito de “corpo-testemunho” é empregado por Bruna Mantese de Souza (MANTESE, 2015, p. 192) e utilizado por mim como uma forma de explicitar como as marcas da violência são ostentadas por suas vítimas como verdadeiras marcas de guerra. Utilizo, ainda, as “imagens de brutalidade” – de autoria de Roberto Efrem Filho - como formas imagéticas de representação narrativa organizadas pelas interlocutoras deste trabalho. Originalmente, o termo foi empregado para descrever as mortes dos sujeitos LGBT e as formas brutais em que essas mortes foram executadas pelos seus atores. Entretanto, tomo de empréstimo o conceito neste texto para ilustrar as formas extremas de violência e agressão contra as *prostitutas*. (EFREM FILHO, 2016, p. 2)

testemunho” de um acidente, que resulta em sua morte, num contexto em que a polícia é a protagonista da cena e o quartel o lócus que confere a estética sexual ao enredo.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

EFREM FILHO, R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cadernos Pagu**. 2016;(46):311-340. doi:10.1590/18094449201600460311.

EFREM FILHO, Roberto. “BALA”: experiência, classe e criminalização / “SHOT”. **REVISTA DIREITO E PRÁXIS**, [s.l.], v. 5, n. 9, p.501-537, 24 nov. 2014. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/dep.2014.13722>.

EFREM FILHO, Roberto. Desejos de Estado: violência, território, gênero e sexualidade. **Mimeo**.

FACCHINI, Regina; MACHADO, Sarah Rosseti. Praticamos SM, repudiamos agressão: classificações, redes e organização comunitária em torno do BDSM no contexto brasileiro. **Revista latinoamericana - Sexualidad, Salud y Sociedad**, São Paulo, v. 14, n. 2, p.575-606, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade**. São Paulo: Paz & Terra, 2014. 175 p.

GREGORI, Maria Filomena. Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 51, n. 2, p.575-606, 2008.

GREGORI, Maria Filomena. Práticas eróticas e limites da sexualidade: contribuições de estudos recentes. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 42, p.47-74, 2014.

GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 20, p.87-120, fev. 2003.

McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Trad. Plínio Dentzien. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir Puta:** Políticas de prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

Olivar J. Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina. **Revista brasileira de Ciências Sociais.** 2011;26(75):89-101. doi:10.1590/s0102-69092011000100005.

RANCIERE, Jacques. **A partilha do sensível:** estética e política. Jacques Ranciere; Tradução de Mônica Costa Neto. São Paulo. EXO experimental. Ed. 34, 2009. 72p.

SOUZA, Bruna Mantese de. **Mulheres de fibra:** narrativas e o ato de narrar entre usuárias e trabalhadoras de um serviço de atenção a vítimas de violência na periferia de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, Peter. M; SCHNEIDER, Beth. E. (Ed.). **Social Perspectives In Lesbian And Gay Studies:** a reader. New York: Routledge, 1998, pp. 100 – 133.